

Lei Municipal Nº 1.657/95, de 29 de Dezembro de 1995

## Resolução Nº 35 – 18 de maio de 2023.

*Dispõe sobre aprovação de Emenda Parlamentar destinados ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade-Serviço de Acolhimento Institucional.*

O Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social de Quixadá em sua reunião ordinária, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nº 1.657 de 29 de dezembro de 1995.

**Considerando** os objetivos e as diretrizes da Assistência Social delineados nos artigos 203 e 204, da Constituição Federal de 1988 e na Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993;

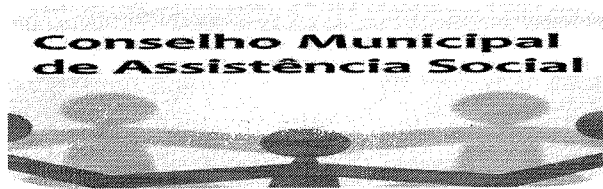
**Considerando** que compete ao CMAS aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS – Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS-Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formação, conforme explicitado na Lei Nº 2.608 de 11 de outubro de 2013, que dispõe das alterações da Lei de Criação do CMAS.

**Considerando** a Resolução n.º 145/2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a qual institui o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

**Considerando** a Lei nº 12.435/2011 que altera a Lei nº 8.742/1993 que dispõe sobre a Organização da Assistência Social;

**Considerando** o Decreto nº 7.788/2012, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social;

**Considerando** Resolução do CNAS nº 33/2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS que no inciso XVIII do art. 17 estabelece que é responsabilidade dos municípios zelarem pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados, inclusive no que tange a



**Lei Municipal Nº 1.657/95, de 29 de Dezembro de 1995**

prestação de contas;

**Considerando** a Portaria MDS nº 113/2015 que Regulamenta o co-financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, que conforme o art. 7º os recursos federais destinados ao co-financiamento dos serviços e do incentivo financeiro à gestão passam a ser organizados e transferidos por Blocos de Financiamento para os serviços já instituídos e tipificados e os que venham a ser criados no âmbito de cada Proteção de acordo com os critérios de partilha e demais normas, a saber: I - Bloco da Proteção Social Básica; II – Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade; III – Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; IV – Bloco da Gestão do SUAS; V – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único;

**Considerando** a apresentação dos documentos comprobatórios pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social relativos à execução dos recursos financeiros dos Blocos de Financiamento, dos Programas e Projetos apresentados nesta Prestação de Contas Parcial pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social ao CMAS;

**Considerando** a portaria nº 329/2017 que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento estadual dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais da política de assistência social aos municípios.

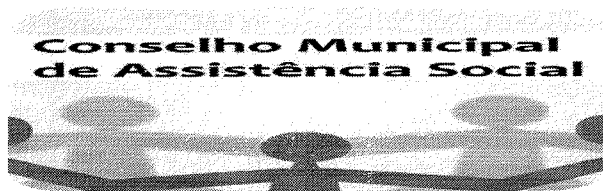
**Considerando** a Resolução do CIB Nº 006 de 26 de maio de 2008, que aprova os critérios e pisos de cofinanciamento dos serviços e benefícios da Proteção Social Básica;

**Considerando** a Resolução do CEAS nº 10 de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre as normas e critérios de cofinanciamento do Governo do Estado na Proteção Social Básica (Nota Técnica Nº 01/2008);

**Considerando** a Resolução da CIB de Nº 19 de 18 de dezembro de 2009, que pactua normas, critérios de cofinanciamento da Proteção Social Especial do Estado do Ceará;

**Considerando** a Resolução do CEAS nº 01 de 28 de janeiro de 2010, que dispõe Nota Técnica Nº 02/2009 sobre Critérios e Pisos do Cofinanciamento da Proteção Social Especial do Estado do Ceará;

**Considerando** a Resolução Nº 011 de 20 de Maio de 2011 que estabelece



**Lei Municipal Nº 1.657/95, de 29 de Dezembro de 1995**

fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cofinanciados com recursos do Estado do Ceará;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar a emenda parlamentar no 202341380006, número da programação 231130620230001, no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SIGTV (Ministério da Cidadania), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a organização: destinada ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade-Serviço de Acolhimento Institucional, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o recurso será para uso em investimento.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quixadá - CE, 18 de maio de 2023.

**Weyber Queiroz Lima**  
Presidente do CMAS  
(Gestão 2022-2023)

Ingrid Castro Dantas (Profissional)  
Francisca Íris Alves de Freitas (Cultura)  
Eduardo Kelton F. Dantas de Resende (FUNGERTH)  
Maria Tereza Ramos Caldas (Remanso da Paz)  
Antônia Jucicleide Oliveira de Melo (Usuário)  
Edivânia Januário Silva (Educação)  
Maria Eliza Aparecida Gonçalves (Remanso da Paz)  
Terezinha Correia Lima (Usuária)  
Vânia Cristina Diogo Leão (Trabalhadora)

*Ingrid Castro Dantas*  
*Francisca Iris Alves de Freitas*  
*Kelton*  
*Maria Tereza Ramos Caldas*  
*Antonia Jucicleide Oliveira de Melo*  
*Edivania Januario Silva*  
*Maria Eliza Aparecida Gonçalves*  
*Terezinha Correia Lima*  
*Vania Cristina Diogo Leao*